

INTERFACE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA E FILOLOGIA

MARILZA DE OLIVEIRA*

INTRODUÇÃO

A Filologia remonta ao período alexandrino. O seu surgimento está associado à cultura de tipo libresco, de tendência literária, que propiciou a emergência de procedimentos elementares para a preparação de edições críticas dos clássicos. Objetivava-se recensear toda a tradição manuscrita, ordenando e cotejando os testemunhos a fim de restaurar os textos deturpados em virtude das sucessivas cópias. Tomando como objeto de pesquisa os textos literários, procurava-se interpretá-los, bem como investigar questões de língua.

As edições críticas, surgidas por volta dos sécs. III e II a.C., foram motivadas pela necessidade de tornar acessíveis, inteligíveis os poemas de Hesíodo e de Homero, compostos provavelmente no séc. VII a.C.

Por meio dos escravos gregos, os latinos aprenderam a exegese e restauração dos textos. Entretanto, os trabalhos filológicos, via de regra, voltaram-se para as questões gramaticais.

No período medieval, o Cristianismo provocou o desinteresse pelos clássicos. Além disso, a interpretação dos textos estava submetida à doutrina cristã, de forma que muitas passagens foram arbitrariamente refeitas e eliminadas. O interesse pelos clássicos é reavivado pelos humanistas e a investigação filológica retoma os moldes da atividade Alexandrina, com traduções e edições críticas e comentadas.

No séc. XIX a Filologia amplia seu campo de ação. Surgem as atividades de comparação entre as línguas indo-européias, dando-se início à Lingüística histórica. Nesse mesmo período, a Filologia ganha o estatuto de ciência, pois, segundo Spina (1994), a crítica textual passa a ser regida por princípios científicos, refutando hábitos editoriais baseados em procedimentos puramente subjetivos.

* Livre-docente da Universidade de São Paulo – marilza@usp.br.

1. A FILOLOGIA PORTUGUESA

Duas correntes definem a Filologia Portuguesa: a que põe a Filologia a serviço da literatura, partindo do princípio de que a língua é expressão de cultura, e a que vincula a Filologia ao estudo da língua. Representante da Filologia na primeira acepção, Carolina Michaëlis de Vasconcelos propõe a seguinte definição para Filologia:

é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional (Michaëlis 1946:152)

Serafim da Silva Neto, outro representante da Filologia a serviço da literatura chega a afirmar que “Não é desarrazoado, nem exagero, reivindicar para o campo da Filologia o estudo da Literatura” . (1976:17)

A segunda acepção de Filologia é representada por José de Vasconcelos, que afirma:

Faz-se aplicação prática da Filologia, quando se edita criticamente, e se comenta, um texto. _ Não se confunda *crítica literária* com *edição crítica*, pois esta só procura restituir à primitiva pureza um texto que se acha deturpado. (1926:9)

Na esteira de Leite de Vasconcelos, coloca-se Gladstone Chaves de Melo (1981), que define o texto como o objeto de estudo do filólogo. Assumindo que o texto representa um estado da língua, tem-se que o estudo do texto pode contribuir para o estudo da língua, efetuado por outro campo de investigação, a Lingüística. Tem-se, assim, a separação das duas disciplinas, a Filologia e a Lingüística:

Rigorosamente há que distinguir entre Lingüística Portuguesa e Filologia Portuguesa. Numa discriminação apurada, teremos de afirmar que o objeto formal da Filologia é estabelecer, explicar e comentar textos, tarefa à primeira vista fácil e pobre, mas que, na verdade exige larga soma de conhecimentos e grande acuidade mental. A fixação dos textos e sua exegese reclamam conhecimentos lingüísticos, paleográficos, históricos, mitológicos, numismáticos, heráldicos, religiosos, de Poética, e outros mais. Então, pròpriamente, Filologia Portuguesa seria o estudo largo e profundo dos textos de nossa língua para atingir em cheio a mensagem intelectual ou artística neles contida. Já a Lingüística Portuguesa seria o estudo da língua portuguesa como tal, como produto histórico-social realizado de mil maneiras através do tempo e do espaço, sendo que todas essas mil facetas

constituem objeto de interesse igual para o lingüista. (Chaves de Melo 1952:54-5)

Modernamente, ao se delinear o campo das duas disciplinas, observa-se que o domínio da Filologia restringe-se à crítica textual:

[A filologia] se limita ao exercício de uma missão deixada vaga pelas outras disciplinas da palavra e que é a de verificar se um texto que vai ser lido e interpretado dá garantias de estar tão próximo quanto é possível daquilo que o seu autor escreveu. Esta filologia estrita equipa-se com recursos técnicos muito desenvolvidos (contributo das ciências da escrita e do livro, da história e da lingüística) para desempenhar a sua missão, que não é estética nem semântica, mas técnica e, de certo modo, ética: a missão de interrogar os objectos escritos sobre a proveniência e a sua existência antes de os declarar aptos a serem lidos pelos outros, os literatos, os lingüistas, e outros que, distraídos pelas suas especialidades, tendem demasiadas vezes a confiar em que a palavra escrita é sempre a palavra do seu autor... (Castro 1984:XV)

A emergência da Filologia como ciência, como técnica de reprodução do original está diretamente correlacionada com a Lingüística Histórica. Como aponta Kroch (1989), o estudo lingüístico de uma comunidade de fala em que se tem a possibilidade de entrar em contato com os falantes permite o emprego do teste de avaliação, possibilitando ao pesquisador obter julgamentos lingüísticos por parte do falante. Entretanto, é impossível aplicar esse teste a sincronias passadas de uma dada língua. Neste caso, o lingüista deve confiar no texto escrito. Obtém-se que o lingüista tem que buscar edições fidedignas do texto que representa o estado de uma dada língua.

2. TIPOS DE EDIÇÃO DE UM TEXTO: MODERNIZADORA E CONSERVADORA

Há, grosso modo, dois critérios de edição de um texto: o da atualização e/ou homogeneização do texto e o conservador. Uma edição que faz intervenções no texto, atualizando ou uniformizando grafias, pontuação e estruturas morfossintáticas, pode facilitar a leitura do texto. Pode ser útil para o historiador, sociólogo, economista, etc., mas não para o lingüista, pois essas intervenções alteram os traços lingüísticos presentes no original. Ao lingüista interessa a edição conservadora, que reproduz, rigorosamente, todas as características originais do texto. Com efeito, a validade do estudo lingüístico depende do tipo de edição tomado como *corpus*. Tome-se como exemplo as edições da *Demanda do*

Santo Graal, realizadas por Magne (1944) e por Freire Nunes (1995), do manuscrito português do séc. XV.

A seguir transcrevo alguns exemplos de discrepância nas leituras de Magne e Freire Nunes:

Ex.1

Nom me mentades póla fé que devedes a todolos cavaleiro do mundo.
(F.Nunes 131)
= a tôdolos cavaleiros (Magne 131)

Ex.2

E, onde nos queríamos partir, aveeo-nos três aventuras mui maravilhosas.
(F.Nunes 107)
E u nos queríamos partir, aveerom-nos três aventuras mui maravilhosas.
(Magne 107)

Ex.3

E se alguém me perguntar quem lhas davam (F. Nunes 224)
= dava (Magne 223)

Ex.4

_Galvam, vós me havedes morto e escarnido, que me mataste meu sobrinho
(F.Nunes 147)
= matastes (Magne 147)

O cotejo das duas edições mostra que a edição de Magne procura modernizar e normativizar as peculiaridades morfossintáticas da *Demanda*, o que torna sua leitura incompatível com os estudos lingüísticos.

3. A EDIÇÃO AUTORIZADA PARA O ESTUDO LINGÜÍSTICO

Segundo Megale, “fazer filologia com rigor não tem por finalidade apresentar um texto “correto” do ponto de vista de uma norma lingüística, por mais documentada, da época do testemunho, mas sim oferecer lição autêntica do testemunho, com os “erros” que possa ter.” (1988:18)

O que significa lição autêntica e que tipos de “erros” uma edição pode apresentar?

Spina (1994:84-88) identifica quatro tipos de edições conservadoras: a) a reprodução fac-similar; b) a reprodução diplomática; c) a reprodução semi-diplomática; e d) a edição crítica.

A reprodução fac-similar de um texto manuscrito só poderá ser compulsada por especialistas em paleografia. A reprodução diplomática reproduz as abreviações e os erros contidos no manuscrito. A reprodução semi-diplomática desdobra as abreviações, redivide as palavras e propõe uma pontuação, avançando na interpretação do texto. A edição crítica busca estabelecer o texto como foi escrito pela primeira vez. Para isso, confronta manuscritos, anota variantes, corrige os erros tipográficos e interpreta os passos obscuros.

Os filólogos portugueses concordam em que a reprodução fiel de um texto não admite modernização, mas admite a correção de erros tipográficos e desdobramento de abreviaturas, de forma que a edição semi-diplomática e a edição crítica podem servir ao trabalho do lingüista. Veja a proposta de Paiva Boléo e de Michaëlis:

Não me parece defensável, por exemplo (salvo tratando-se de uma edição diplomática, ou de uma edição reservada aos eruditos), que se publiquem documentos sem desdobrar as abreviaturas, tendo o cuidado, porém, de pôr em *itálico* as letras desenvolvidas. (Paiva Boléo 1946:70)

Será bom estabelecermos desde já mais alguns princípios que o bom editor de textos arcaicos deve seguir: não deixa subsistir as abreviaturas dos *escrivães* antigos, nem moderniza forma alguma. (Michaëlis de Vasconcelos 1945:345)

De fato, é posição de Michaëlis que formas antigas (*pee*, *moesteiro*), variantes fonéticas (*auarca* x *abarca*), variantes vocabulares (*pus* x *pos*) e gráficas (*depoys* x *depois*) não se alteram, pois as formas antigas podem registrar variações e favorecer a investigação do processo de mudança lingüística. A estudiosa sustenta que a intervenção do editor deve se restringir à alteração das letras maiúsculas e minúsculas, à separação de vocábulos que o copista ligou (*aestoria*) e à pontuação.

Camraia (1999) salienta que essas intervenções também trazem problemas para o lingüista. Os sinais de pontuação e o uso de maiúsculas e minúsculas podem fornecer informações de natureza sintática e semântica, marcando fronteiras de sintagmas e sentenças.

Quanto ao desdobramento das abreviaturas, este é um procedimento que requer a análise lingüística do texto e conhecimento da história interna da língua para não incorrer no erro de atualizar formas. Veja a esse propósito o erro cometido pela própria Michaëlis ao desdobrar o pronome relativo preposicionado na poesia do trovador Paay Soares:

Como morreu quem foi amar

quen lhe nunca quis bem fazer,
e de quen lhe fez Deus veer
de que foi morto com pesar;
Ay mha senhor, assi moir'eu!

De fato, no estudo gramatical da poesia acima, Leite de Vasconcelos (1926:109) critica o desdobramento do pronome relativo que(n), pois no português antigo o pronome preposicionado com antecedente [+ pessoa] era *que* e não *quen* ou *quem*.

4. UM EXEMPLO DE EDIÇÃO AUTORIZADA

A edição crítica de um texto passa por dois processos: o da fixação ou estabelecimento do texto e o da apresentação do texto para publicação.

A fixação do texto visa à correção filológica do documento, seguindo determinados critérios. A apresentação do texto deve conter o *aparato* das variantes ou a exposição dos critérios ou que o editor adotou na sua transcrição para que o leitor possa avaliá-los.

A atenção à apresentação do texto e ao aparato das variantes é crucial para a análise lingüística. Tomemos como exemplo o *Orto do Esposo*, texto de fins do séc. XIV ou início do XV e editado por Bertil Maler. Há dois manuscritos disponíveis, ambos guardados na Biblioteca Nacional de Lisboa, o de número 198 e o 212. A edição de Maler refere-se ao códice 198 (A), mas o autor apresenta em nota de rodapé as formas variantes encontradas no códice 212 (B).

A seguir, transcrevo alguns excertos do códice A, apresentando as formas do códice B entre parênteses:

Ex.5

E, quando ouue de morre, disse a seus filhos que... (B = morer) p.295

Ex.6

E o bispo mandou-o chamar (B = o mandou chamar) p.285

Ex.7

E depois a muyto tempo preguntou-lhe huu homem se... (B = perguntou-o) p.41

Conforme Spina, o estudo das variantes permite que o filólogo detecte as relações de parentesco entre as cópias existentes de uma determinada obra. Obtém-se assim a genealogia do texto, estabelecendo-se o original ou o arquétipo, “original das cópias

substistentes”, i.e. o manuscrito que se interpõe entre o original e os exemplares existentes. Para o lingüista, entretanto, o valor dessas variantes está em que elas registram o estado da língua (em variação) em um determinado período.

Quanto aos fenômenos acima arrolados, Maler apresentou as variantes contidas no manuscrito B. Outros fenômenos, como a concordância verbal, por exemplo, não receberam o mesmo tratamento. Em alguns casos, o editor corrigiu a forma verbal e indicou a forma que o manuscrito exibia em nota de rodapé (exemplos 8-9), em outros casos, o editor corrigiu a forma verbal indicando no próprio texto a sua intervenção (10-11); em outros casos, o editor não fez nenhuma intervenção na concordância verbal bem como não faz nenhuma menção à falta de concordância formal (exemplo 12):

Ex.8-9

E a elles perteence dar muyto a sua alma (A pertencem) p.72

E matam os seruos do Senhor que os chama (A chamam) p.89

Ex. 10-11

Emçuiado es cõ os mortos e cotado es co aquelles que descende[m] eno jnferno p.2

Mas todos se deue[m] desto marauilhar p.71

Ex.12

Ueo subitamente sobre elles nuvens que... p.35

Na apresentação do texto o editor deve expor os critérios adotados para a transcrição do texto. No caso acima, as intervenções (8-9) resultam da leitura de que a concordância com o objeto foi um erro do copista. Como a concordância verbal se faz com o sujeito, Maler optou pela correção das formas verbais. As intervenções em (10-11) decorrem da leitura de que a nasal, normalmente indicada por um til, foi uma distração do copista, fato que levou o editor a acrescentar em colchetes a consoante que representa a nasal.

O fato de o editor ter sinalizado suas intervenções (8-11) e de não ter alterado a forma verbal de (12), um caso de verbo inacusativo, sugere que esta é uma reprodução bastante fiel e, portanto, autorizada para o estudo lingüístico, pois as formas verbais encontradas podem ser indício de que a variação na concordância verbal é um processo que já estava em curso no português medieval.

Estes exemplos mostram que apenas a leitura da apresentação do texto e do aparato das variantes permitirá que o lingüista faça bom uso do *corpus* que tem à disposição. Isto

significa que um lingüista histórico deve ter um mínimo de conhecimento do trabalho filológico, assim como o filólogo deve ter profundo conhecimento da língua para propor intervenções no texto.

Muitas vezes o desconhecimento da história interna da língua leva o editor a fazer uma leitura errada do manuscrito. A esse respeito, Spina (1994:124) relata que um editor do *Leal Conselheiro* trocou a forma arcaica do imperativo *assanhade*, com /d/ intervocálico, pelo gerúndio *assanhando*.

5. A DATAÇÃO E A PROCEDÊNCIA DO TEXTO

Além do rigor da reprodução do texto-fonte, a filologia objetiva levantar informações que possam caracterizar o texto-fonte em termos de datação e procedência, informações altamente relevantes para o lingüista que está preocupado com a história da língua.

Por exemplo, o manuscrito que se tem hoje da *Demanda* é cópia produzida na primeira metade do séc. XV de um manuscrito anterior do séc. XIII que, por sua vez, era tradução do texto francês. Nele, formas lingüísticas do séc. XV concorrem com formas arcaicas. Exemplo de forma antiga para o séc. XV é o emprego da forma latina erudita *chus*, coocorrendo com o advérbio de origem popular *mais*, como apontado por Megale (1999).

Por outro lado, a *Demanda* registra formas típicas do séc. XV, como a queda do /d/ intervocálico na 2^a. pessoa do plural das formas verbais, a variação entre *u* e *onde* e o uso do item *todavia*. Nenhuma dessas formas ocorre no *Orto do Esposo*, de fins do séc XIV.

Do ponto de vista morfossintático, são antigas, salvo engano, construções como a duplicação pronominal do sujeito e o deslocamento à esquerda de um verbo não finito, respectivamente em:

Ex. 18

Assi me seria eu sandia a feito de ir com vosco. (F.Nunes 229)

Ex.19

_ ...peça há que vos quiséramos espertar por em, mas houvemos pavor de vos pesar.

_ E espertar, disse Lançarot, nom há rem no mundo por que quisesse. (F.Nunes 203)

Estes dados mostram que o lingüista histórico deverá estar atento à história do códice e à sua datação ao selecionar um texto como *corpus*, principalmente quando visa a estudar aspectos lingüísticos em variação e mudança. Um texto como a *Demanda* pode auxiliar no levantamento de formas em variação no séc. XV, mas não pode ser usado como representativo de uma comunidade de fala específica, pois o texto apresenta camadas lingüísticas de períodos diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao selecionar um texto medieval para a constituição de seu *corpus*, o diacronista deverá estar atento e capacitado para enfrentar os problemas gerados pelo processo de transmissão manuscrita e o problema da escolha da edição, que deverá ser aquela que apresenta os critérios mais rígidos, ou conservadores, de transcrição do texto. Mas não só. O lingüista deve estar atento também ao aparato das variantes, fonte inestimável de informações sobre variação lingüística.

Ao buscar a lição autêntica do testemunho, o trabalho filológico pode dar inestimável contribuição para o estudo da história da língua. De fato, o arrolamento de alguns poucos aspectos morfossintáticos que aqui fizemos na *Demanda do Santo Graal* e no *Orto do esposo* fornecem evidências empíricas para a hipótese da deriva do Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMBRAIA, César. “Variação Morfológica no ‘Livro de Isaac’ (Cód. Alc.461): A vogal temática do participio passado dos verbos de 2^a. conjugação”, in *Estudos Lingüísticos*, 1999, p.182-182.

_____. “Subsídios para um proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüísticos”, in A. Rodrigues *et alii* (orgs.) *Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*, São Paulo: Humanitas, 1999.

CHAVES DE MELO, Gladstone & SILVA NETO, Serafim. *Conceito e Método da Filologia*, Coleção Rex, Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

FREIRE NUNES, Irene. *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1995.

KROCH, Anthony. “Reflexes of grammar in patterns of language change”, in *Language Variation and Change*, I, p.199-244.

MAGNE, Augusto (1944) *A Demanda do Santo Graal*, Ministério da Educação e Saúde, INL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989.

MEGALE, Heitor. “Pesquisa Filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa”, in *Estudos Lingüísticos, XXVII Anais de Seminários do GEL*, S. José do Rio Preto, 1998.

_____ “A leitura do texto antigo: variação lingüística em manuscritos”, in *Estudos Lingüísticos*, v.28, 1999, pp.175

_____ “Mesa-Redonda de Filologia Portuguesa”, in A. Rodrigues *et alii* (orgs.) *Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 1999.

PAIVA BOLÉO, Manuel. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*. Lisboa: Ed. Da “Revista de Portugal”, 1946.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*, 2^a. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

VASCONCELOS, José Leite. *Lições de Filologia Portuguesa*, 2^a. ed., Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.